

Rio de Janeiro — Domingo, 15 de julho de 1984

MULTINACIONAIS RECLAMAM

UMA NOVA ORDEM ECONÔMICA

Economia Brasil

S E quiser realmente sair da crise, o Brasil — cuja economia já chegou ao fundo do poço, mas insiste em não mostrar sinais consistentes de reação — precisa adotar uma série de medidas de caráter estrutural, a começar pela aplicação de mecanismos que reduzam a dependência da economia às exportações e induzam a uma retomada do crescimento do mercado interno. E necessário, também, uma urgente renegociação da dívida externa em bases favoráveis ao país e uma profunda mudança na lei salarial, cujos rigores levaram o poder aquisitivo da população a níveis mínimos, contribuindo, com isso, para a diminuição do consumo em geral.

As sugestões são de dirigentes de cinco grandes companhias multinacionais instaladas no Brasil, reunidos pelo JORNAL DO BRASIL, em mesa-redonda, quando, por mais de três horas, analisaram as origens da crise político-econômica do país, a situação do mercado internacional e os reflexos em suas empresas que, juntas, deverão faturar este ano mais de Cr\$ 3 trilhões, contra Cr\$ 1 trilhão 50 bilhões em 1983.

Enrique Sosa, presidente da Dow Química e da Câmara Americana de Comércio para o Brasil; Edson Vaz Musa, diretor superintendente da Rhodia; Helmut Vervuert, presidente da Siemens; Franz Voegele, diretor geral da Brown Boveri; e Lutz Hannemann, vice-presidente da R.J. Reynolds, questionaram também as dificuldades impostas pelo Governo à entrada de novos capitais de risco no país — fator de retração econômica e atraso no desenvolvimento tecnológico — e pediram igualdade de tratamento entre capitais estrangeiros e nacionais, ao condenarem mais uma vez, com veemência, qualquer tipo de reserva de mercado.

Todos apontaram erros na política de combate à inflação — que não deu, nem dará resultados expressivos a curto prazo —, criticaram a falta de controle dos gastos governamentais, desviados, inclusive, para beneficiar pessoas e empresas inefficientes, e pediram novas garantias para que as regras do jogo não sejam mudadas a todo momento. "Ninguém mais suporta portaria em

como cada um dos senhores, representantes de companhias de capital estrangeiro, está vendendo a atual crise da economia brasileira?

Musa — Não sei se o fato de sermos dirigentes de empresas de capital estrangeiro muda alguma coisa na análise da crise. Acho que não. Minha impressão é que esta crise está durando muito tempo, já tendo praticamente esgotado a capacidade da economia de aturá-la. Qualquer que seja a solução política do problema, é preciso levar em consideração que atingimos o fundo do poço e que não é possível cair mais; não se pode mais reduzir o poder aquisitivo da população em geral, nem mesmo os índices econômicos. Só agora estamos observando uma pequena recuperação, mas só podemos prever uma retomada do desenvolvimento em ritmo mais rápido por volta de 1987. O nosso grande problema, como multinacionais, é explicar às casas-matrizes as dificuldades que o país atravessa e, em função disso, como é árdua a tarefa de elaborar planos, orçamentos, prever a inflação, a variação cambial, o crescimento do PIB etc.

Sosa — Também achamos que o Brasil chegou ao fundo do "buraco", sem vermos qualquer indício de recuperação do mercado interno. Todo o crescimento que se verifica deve-se à expansão das exportações e da agricultura. Particularmente, estou bastante preocupado com o futuro, pois o país está todo voltado para as exportações, tendo como base o crescimento da economia americana, sem saber até quando os Estados Unidos continuarão expandindo-se. Minhas esperanças são de que o Partido Republicano (do Presidente Ronald Reagan) vença as próximas elei-

cima de portaria, decreto em cima de decreto", reclamou o diretor geral da Brown Boveri, Franz Voegele.

As empresas de capital estrangeiro gostariam de ver diminuída a taxa de crescimento populacional do Brasil, hoje da ordem de 2,5% ao ano, concordando com uma proposta de Edson Vaz Musa, primeiro brasileiro a ocupar o cargo máximo na diretoria executiva da Rhodia, empresa controlada pelo governo francês. "Seja através do controle da natalidade, seja por meio de um planejamento familiar, a população brasileira não pode continuar crescendo dessa maneira", alertou Musa.

O tema reserva de mercado foi discutido pelos participantes do encontro, alguns dos quais vítimas diretas da legislação imposta pela Secretaria Especial de Informática. O presidente da Siemens do Brasil, Helmut Vervuert, afirmou que, por causa dos "excessos" cometidos pela SEI, sua empresa deixou de aplicar 75 milhões de dólares nos últimos anos no país. "Qualquer equipamento eletrônico convencional agora tem sua fabricação regulada pela SEI, cuja ação já extrapolou a área de informática", queixou-se ele.

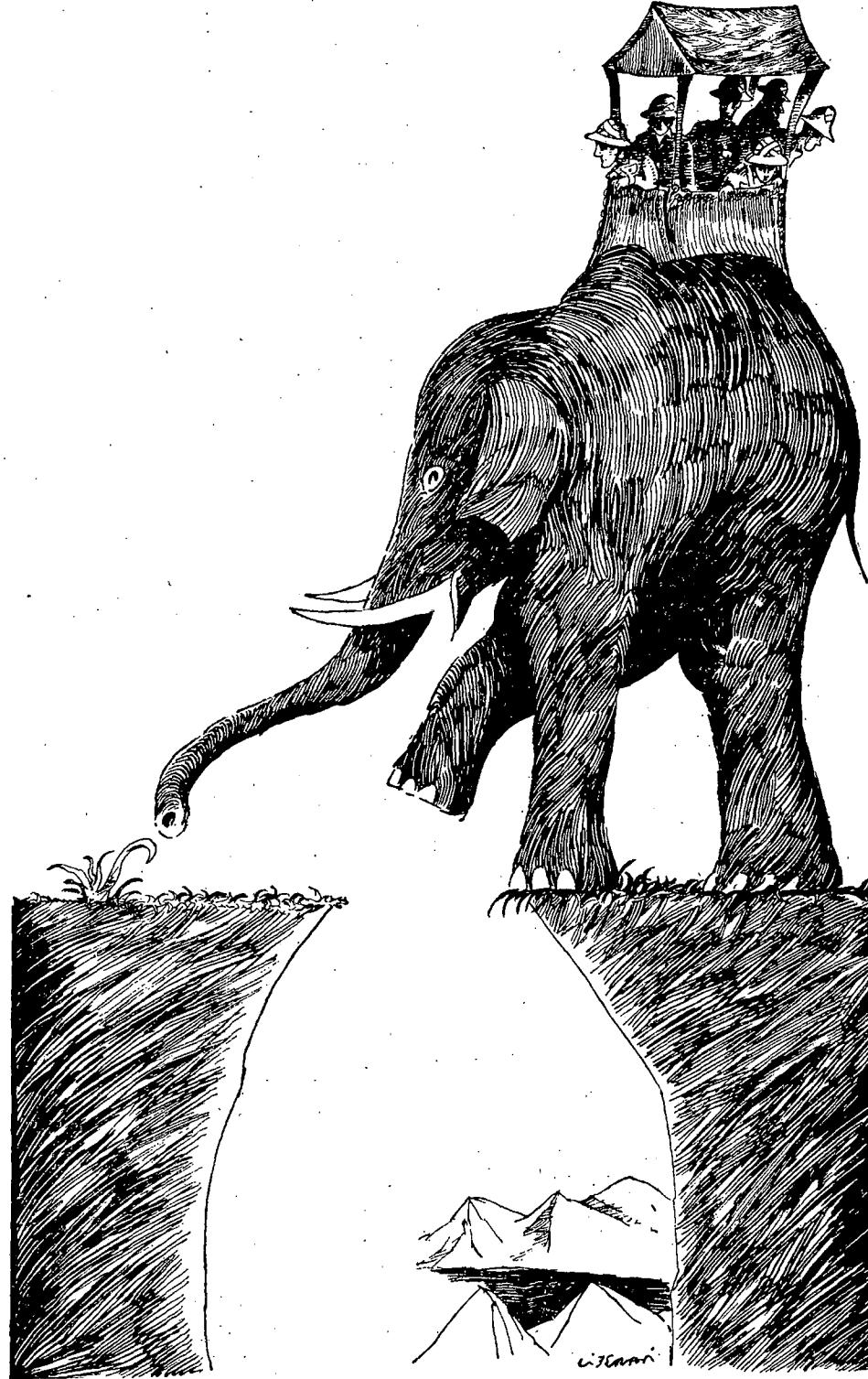
Ao defender a imediata retomada do crescimento do mercado interno, os diretores das multinacionais preocuparam-se também com a imagem negativa que se está formando do Brasil no exterior. Franz Voegele viu isso numa transmissão da TV europeia, escandalizando-se com as cenas das favelas brasileiras, em meio a uma entrevista com presidentes de Bancos Centrais. Em contrapartida, Enrique Sosa propôs a criação de um amplo "lobby" do Brasil no exterior.

Lutz Hannemann resumiu o otimismo que ainda existe entre os diretores de companhias de capital estrangeiro com relação ao Brasil, pondo fé nas mudanças que fatalmente ocorrerão a partir da posse do novo presidente da República, no ano que vem. Segundo ele, a dívida poderá, então, ser renegociada em condições mais favoráveis, ainda que os juros internacionais continuem a subir. A insegurança política e econômica de agora será substituída por uma lenta mas firme retomada do desenvolvimento, previu Hannemann.

Como cada um dos senhores, representantes de companhias de capital estrangeiro, está vendendo a atual crise da economia brasileira?

Vervuert — Bem, em primeiro lugar gostaria de ressaltar que a crise econômica vivida pelo Brasil não se deve à atuação das empresas estrangeiras aqui instaladas. Em segundo, formularia as seguintes perguntas: As empresas estrangeiras podem contribuir para a solução da crise brasileira? De que maneira? Elas podem contribuir de várias maneiras, não somente por meio de aportes de capital de risco, como através de um relacionamento comercial bastante intensivo, como consequência da entrada desses capitais. Outro ponto importante é que o capital estrangeiro traz também "know-how", nas áreas técnica, gerencial e até mesmo na social.

Voegele — Concordo com quase tudo o que já foi dito. Por isso, vou me ater a outro problema, que são as dificuldades de planejamento que todas as empresas estrangeiras, acostumadas a se programarem também a médio e longo prazos, encontram aqui no Brasil, há alguns anos. Para nós, que sempre acreditamos no país, estamos praticamente impossibilitados de planejar nossas empresas para o futuro. No caso específico do capital suíço, talvez o mais conservador — porém, ao mesmo tempo, um dos mais avançados em termos de planejamento a longo prazo — essa situação nos está bloqueando a tal ponto, que sequer temos condições de realizar novos investimentos no Brasil. Dessa forma, sem segurança e sem modificações estruturais substanciais, não será possível atrair grandes volumes de capitais estrangeiros, de que o país tanto precisa para se desenvolver, considerando que o capital gerado internamente é ainda insuficiente



Bruno Liberati

está tomando nenhuma decisão quanto a novas inversões.

Musa — Há outro aspecto que não pode ficar de lado: acho que os investimentos governamentais, incluindo as empresas estatais e as companhias privadas nacionais, deixaram de ser aplicados na mesma proporção, devido à retração da economia. Também não considero fundamental a questão da remessa de lucro, mas não posso discordar do fato de que a indústria estrangeira é indispensável como fonte de aporte de capital de risco e de "know-how". Desde que o Brasil, em fins de 1977, impidiu a saída de pagamento de royalties e assistência técnica, as dificuldades para uma empresa como a Rhodia, constituída de várias divisões, se tornaram maiores. Enquanto o dividendo é um problema da "holding", o fornecimento de "know-how" diz respeito a cada divisão, que não está sendo remunerada por isso. Isso é tão grave e tão carente de alteração quanto a questão da propriedade industrial em alguns setores, como o farmacêutico e o de defensivos agrícolas.

O Sr. Vervuert — Falou que nos últimos anos um grande volume de capitais estrangeiros deixaram de vir para o Brasil. O fator determinante foi a ingerência do Estado nos negócios das empresas?

Vervuert — Exclusivamente. Nós da Siemens nos dedicamos à toda área eletrônica. Mas hoje em dia a informática, conforme a definição da SEI (Secretaria Especial de Informática), abrange não somente a área de processamento de dados, mas também outros elementos que fazem parte de qualquer equipamento eletrônico convencional, como os componentes digitais e eletrônicos. O processo começa com o computador, passa por todos os equipamentos de entretenimento e vai chegar, em pouco tempo, aos eletrodomésticos e instalações industriais. Hoje, uma usina de açúcar, uma fábrica de cimento, uma laminadora, enfim qualquer processo industrial tem que ser controlado, regulado, comandado por instalações eletrônicas digitais. Li outro dia num jornal que a indústria automotriz se prepara para a utilização de equipamentos eletrônicos, desde os controles que fazem o carro andar até a regulagem do motor. Em consequência, nossa empresa, que dedica à toda gama de equipamentos eletrônicos, precisa aplicar essa tecnologia. Se a ela não for mesmo permitida a participação no desenvolvimento, no desenho, na fabricação e na aplicação desses equipamentos, então estará condenada à morte. Deixamos, pois, de investir US\$ 75 milhões no Brasil por termos sido impedidos de fabricar esses elementos, inclusive componentes eletrônicos básicos, ficando abaixo do nível tecnológico que nossa empresa tem em todo o resto do mundo. Acho que isso também vale para a Brown Boveri, não?

Voegele — Sim, nosso problema é idêntico. Mas quero enfatizar outra coisa, que talvez amenizasse um pouco esse problema. Por que não se faz uma distinção clara entre produtos eletrônicos destinados à informática e os que vão para a chamada eletrônica de potência? A discriminação é um absurdo e chega a áreas que nada têm a ver com informática.

Quer dizer que o Governo interfere em áreas que nada têm a ver com a reserva de mercado, fazendo as mesmas restrições?

Voegele — A mesma coisa. Discutem microcomputadores "versus" eletrônica de potência. Usam o mesmo regulamento, aplicando-o em coisas totalmente inaplicáveis, talvez por falta de conhecimento de causa. Até mesmo processadores progra-

para tanto. Que o governo acabe com essa rotina de decreto sobre decreto, portaria sobre portaria.

Hannemann — A reforma teria que começar com medidas que levem à reativação do mercado interno, segmento indispensável para manter as máquinas trabalhando. Por exemplo, no nosso caso, se o governo abaixar um pouquinho os impostos, ele próprio vai ganhar mais, o consumo de matérias-primas crescerá e o agricultor vai acabar comprando mais produtos. Outra coisa que pouca gente fala hoje é sobre o aumento da produtividade, que é uma forma de baixar a inflação. Se você aumenta a produção, você produz mais para o capital, barateia o produto e acaba passando essa economia para o consumidor.

O capital estrangeiro está-se afastando do Brasil? Ou, pelo menos, reduzindo seus investimentos?

Sosa — Não tenho conhecimento de uma grande fuga de capitais estrangeiros do Brasil, pelo menos de empresas norte-americanas, mas não há dúvida de que o ritmo dos investimentos novos caiu muito. Porque qualquer investimento precisa não só de mercado externo como também de mercado interno. É muito arriscado você chegar ao Brasil e ter que fazer um investimento só para atender aos mercados externos, dependendo exclusivamente da política protecionista dos Estados Unidos, do Mercado Comum Europeu ou do Japão. O segundo problema, tão fundamental como o primeiro, é o controle de preços. É muito difícil convencer um acionista americano, ou de qualquer outra empresa estrangeira aqui instalada, a aprovar um investimento no Brasil, onde o lucro não depende ape-

nas da eficiência, da produtividade ou da qualidade dos produtos da empresa, mas sim daquilo que o governo estima qual deve ser o seu lucro. Isso é tão desestimulante quanto a reserva de mercado. A lei de remessa de lucros e dividendos do Brasil é de 1962, e acho que já está na hora de ser modificada.

Vervuert — No aspecto da legislação referente à remessa de dividendos, em que eu incluiria também o capítulo das licenças e "royalties", a questão não tem essa importância. Concordo que os acionistas deveriam ter liberdade de fazer com o seu capital o que achassem necessário, mas é preciso destacar que as remessas de dividendos alcançaram nos últimos cinco anos, na média anual, magros 3,5% sobre o capital de risco aqui investido. Achamos que o limite de 12% permitido (pela legislação brasileira), num momento em que os juros já passaram dos 12%, é pouco, mas este não é um fator de retração dos investimentos externos. O problema é que as regras do jogo não são confiáveis, conforme dizia o Sr. Voegele, e que existem áreas em que o capital externo não pode penetrar, como a de informática. Por isso, o volume das entradas de novos capitais de risco caiu do pico de US\$ 2 bilhões para magros US\$ 500 milhões no ano passado.

Hannemann — O problema maior, e que afeta não apenas o comportamento das multinacionais, mas todos de uma forma em geral, é a sucessão presidencial. Acho que no momento em que o País equacionar essa questão, novos capitais começarão a entrar, beneficiando principalmente projetos de matérias-primas e, em menor escala, os empreendimentos das áreas industriais e de consumo. Mas, nesse instante, ninguém,

MULTINACIONAIS RECLAMAM

máveis para a indústria, com evidentes desvantagens à nossa capacidade de exportação, porque no mercado mundial essa prática não existe. As indústrias instaladas em outros países, incluindo nossas matrizes, continuam desenvolvendo tecnologia de ponta, deixando o Brasil para trás.

Como presidente da Câmara Americana de Comércio para o Brasil, Sr. Sosa, considera que a SEI transformou-se num superministério, tomando o lugar do Ministério da Indústria e Comércio?

Sosa — A Dow Química não está diretamente envolvida na questão. Mas, como presidente da Câmara, considero que o MIC e a SEI manifestam publicamente pontos de vista opostos. Acho que não há, dentro do governo, uma harmonização de estratégias e, ao que parece, até agora prevalece a opinião da SEI. Ninguém está falando a mesma língua, pois há até mesmo no meio empresarial paulista e

Franz Voegeli

O diretor geral da Brown Boveri do Brasil, Franz Voegeli, 59 anos, suíço, está no país há 20 anos, dirigindo a sua empresa há 12. É formado em engenharia eletrotécnica, economia e administração. Antes de ser diretor geral da Brown Boveri, ocupou idêntico cargo na Sprecher & Schuh, uma empresa fabricante de equipamentos, também de capital suíço.

A empresa, controlada pela Brown Boveri Suíça, faturou no ano passado Cr\$ 92 bilhões. Suas exportações nos últimos três anos alcançaram 20 milhões de dólares.

brasileiro muitas controvérsias neste sentido.

E quanto à questão política? A indefinição atual afeta de alguma maneira as empresas de capital estrangeiro, aumentando-lhes, por exemplo, o risco político?

Voegeli — Não há dúvida de que isso está sendo levado em consideração. No planejamento quinquenal que fazemos normalmente, os dois primeiros anos são de total incerteza. E não é apenas com relação ao futuro. O próprio presente nos preocupa, porque como fornecedores de equipamentos às empresas públicas somos vítimas de constantes atrasos de pagamento. Trata-se de equipamentos pesados, de alta tecnologia e, em consequência, de alto custo. Assim, além da falta de encomendas, temos que nos preocupar também com o aspecto financeiro provocado pelos atrasos. Esperamos que o próximo governo se preocupe em resolver esse problema.

Vervuert — É óbvio que a expressão capital de risco significa que o investidor está disposto a assumir um certo risco. Mas um risco calculado, que não leva em conta apenas o mercado industrial, mas também os problemas políticos. Quando o risco não é calculável, o investidor tende a procurar outros países para realizar seus investimentos. Não quero apenas fazer críticas, porém ninguém sabe qual o rumo que o próximo governo brasileiro vai tomar, o que significa que esse componente do risco é, no momento, incalculável.

Sosa — Concordo que a incerteza política diminui os investimentos. Atrás também as decisões que, independente de tudo, têm que ser adotadas. Moro no Brasil há apenas dois anos, depois de ter vivido em outros países como a Venezuela, México e Colômbia, mas acho que o país tem potencial para resolver seus problemas políticos de forma pacífica e organizada. Pessoalmente, não estou preocupado com a possibilidade de um violento desvio do rumo atual. Um problema importante é saber como o Brasil vai renegociar sua dívida externa. Agora, não sei se haveria

vantagens para o país se o Governo resolvesse participar de um cartel de devedores. Acho que não. Entendo, porém, que o Brasil tem que apresentar um ponto de vista comum com os países que estão na mesma situação. Mas a negociação deve ser conduzida individualmente, mas cada país tem suas particularidades. O Brasil comprometeria seu futuro se adotasse soluções extremas, como fizeram a Bolívia e a Argentina. No entanto, o país não conseguirá nenhuma boa vantagem na renegociação se continuar insistindo em falar apenas com os banqueiros. É preciso negociar com os governos dos países credores.

Musa — Evidentemente, o cenário político é sempre levado em conta em nossa planificação de curto, médio e longo prazos. Voltando agora a fazer uma reflexão sobre o futuro político do Brasil, tendo em vista a situação que enfrentamos, concluímos que o país, historicamente, tem sempre encontrado soluções, quase que sábias, para os momentos mais difíceis. Nossa convicção nos leva a crer que os políticos brasileiros encontrarão uma solução que chamam de "centrista". Também penso que o país não vai entrar em nenhum cartel para renegociar sua dívida, pois já fez sacrifícios que não vale a pena perder. A coisa tem que ser discutida individualmente. Não tenho dúvida de que o país pagará os juros da dívida — não se integralmente, não sei se rolando o principal e conseguindo um pouco mais de principal, mas vai pagar, principalmente os juros. Temos confiança na estabilidade política do país, muito mais do que na Argentina, por exemplo, onde uma filial do nosso grupo está ligada à Rhodia, ou seja, ao Brasil.

Hannemann: O que exige solução mais rápida, seja quem for o próximo presidente, é a renegociação da dívida. A palavra "já" deveria ser aplicada aqui, mais do que em qualquer outra coisa. Isso porque existe um clima favorável, a economia norte-americana está bem no momento e os europeus já se demonstraram abertos para uma renegociação.

Entendo que o País deve primeiro definir a sucessão presidencial e partir imediatamente para algumas renegociações. Entendo que essa negociação tem que ser feita unilateralmente pelo Brasil e não em cartel, uma vez que cada caso é um caso diferente. A Venezuela e o México têm o petróleo, a Argentina tem uma forte produção agrícola e uma população que influí sobre a questão, enquanto o Brasil tem um razoável parque industrial e grande potencial em matérias-primas.

Apesar da crise econômica e da indefinição política, o Sr. Musa está otimista, assim como vários outros empresários com quem temos conversado. Isso seria reflexo das idéias dos presidenciáveis que, de modo geral, gostariam de promover o desenvolvimento do mercado interno? Considera possível promover um reaquecimento econômico já a partir do ano que vem?

Musa — Eu acho que é indispensável, porque do jeito que as coisas caminham o Brasil está se dirigindo para uma situação de empobrecimento irreversível. Recentemente, conversei com um estrangeiro que nos visitava e ele me disse: "Vocês no Brasil estão em guerra e não percebem". Ele se referia ao problema da

insegurança, da criminalidade, de uma verdadeira guerra social. Então, para não se chegar a uma situação ainda mais extremista, o próximo governo terá que promover uma retomada do desenvolvimento, ainda que a níveis mais modestos. Penso que o país crescerá entre 1% e 2% até 1986, aumentando o ritmo a partir de 1987, para quando se pode prever um crescimento do PIB da ordem de 4 a 5%. Sempre, é claro, descartando a hipótese de um cenário extremista.

Além da sucessão presidencial no Brasil, os Estados Unidos também terão novas eleições este ano. Como ficarão as economias dos EUA e dos demais países ocidentais depois das eleições americanas, quando o próprio Wharton Econometric prevê uma retração naquele país a partir do ano que vem?

Sosa — Bem, creio que o panorama também é incerto para a economia dos Estados Unidos, tanto que já demonstrei minha preocupação com o fato de o Brasil estar muito dependente do mercado externo e, principalmente, dos EUA, que ficam com quase 50% de todas as exportações brasileiras. Gostaria, porém, de lembrar que não existe consenso sobre o futuro da economia americana. O Wharton é muito respeitado, mas tem outras instituições de pesquisas econômicas que concluíram justamente o contrário. Como já disse, prefiro que ganhe o partido republicano, porque o Partido Democrata, com seu tradicional apoio dos sindicatos de trabalhadores, é muito mais protecionista. Acho ainda que, por tradição, os republicanos, se ganharem, vão também procurar diminuir o déficit público do país.

Hannemann — Não creio que os EUA entrem em recessão. O máximo que pode ocorrer é um ligeiro declínio da economia após as eleições, seja qual for o partido vencedor. O Democrata é um pouquinho mais à esquerda e o Republicano ligeiramente mais à direita, mas não são muito diferentes.

E os juros americanos, vão continuar subindo?

Sosa — Na minha opinião, as taxas dos juros não vão modificar-se substancialmente, por causa da prioridade do Banco Central dos EUA de não prejudicar o sistema bancário internacional e de não se preocupar muito com a inflação. Eles estão preocupados também com o próprio sistema bancário americano, com a possibilidade de formação de cartéis de devedores e com a adotação de atitudes que contrariam as normas, como é o caso da Argentina. Tudo isso tem mais prioridade do que o controle da inflação americana.

Falando em inflação, os senhores consideram que ela está realmente caindo?

Voegeli — Nas condições atuais, considero muito difícil que a inflação brasileira decline para valer. Só cairá a partir do momento em que a economia produza o suficiente para que os recursos disponíveis voltem às atividades produtivas. Nós, da Brown Boveri, planejamos nossas atividades para este ano com base numa inflação real de 180%. Para os anos futuros, pensamos em 150%, que também é uma taxa muito alta.

Vervuert — Para responder a essa pergunta precisaria de uma bola de cristal, mas felizmente existem elementos quase matemáticos para equacionar a questão. Em primeiro lugar, a economia encontrase em franca recessão. Em segundo, o

Lutz Hannemann

O vice-presidente financeiro da R. J. Reynolds Tabacos do Brasil, Lutz Hannemann, 43 anos, alemão, formou-se em engenharia mecânica e industrial, em 1965, pela Tabac Tecnic, de Hamburgo.

Hannemann, em 1975, era diretor de produção da filial brasileira, passando em 1976 ao cargo de vice-presidente de operações, responsável pela produção, pesquisa e desenvolvimento de produtos. Está no Brasil desde 1975. A R. J. Reynolds faturou no ano passado no Brasil Cr\$ 138 bilhões 739 milhões. Suas exportações chegaram a cerca de 15 milhões de dólares (fumo e cigarros).

governo aplica uma política totalmente monetarista para combater a inflação. Em consequência, a expansão da base monetária é limitada, ainda que tenha estourado recentemente, contrariando as metas do FMI (Fundo Monetário Internacional). Mas temos ainda o terceiro e quarto fatores: a economia está indexada e o endividamento da União, Estados e Municípios é enorme. Concluindo, considero impossível

esperar-se uma redução sensível da inflação. Com os mecanismos aplicados, não se consegue isso com a economia em recessão. O que é preciso, nas circunstâncias atuais, é uma retomada do crescimento baseada no aumento da produtividade. Ah! Tem ainda a política de controle de preços, cuja duração também é impossível prever. Por tudo isso, não posso imaginar, para 1984, uma inflação abaixo de 200%.

Sosa — Nós estamos trabalhando com 180%, mas eu mesmo não tenho muita convicção neste número. O problema é a indexação. Esse problema, ainda que política e administrativamente bastante difícil, tem de ser resolvido, ou então o ritmo inflacionário não se quebrará. Esta é a chave.

Hannemann: Nos estamos trabalhando com 170% de inflação para 1984, embora pessoalmente acho que, com sorte, chegaremos ao final do ano com 200%. Nesse cálculo não incluímos o risco político.

Musa — Em setembro do ano passado, a Rhodia calculou uma inflação da ordem de 150% para 1984. Hoje, estamos reenvendo essa previsão e não acho que chegaremos a um número inferior a 180%. Para os próximos anos, a nossa expectativa é de uma redução pouco importante no índice inflacionário. Quanto ao controle de preços, é evidente que gostaríamos de vê-lo eliminado, pois representa uma distorção dentro da economia de livre mercado. Esperamos que isso ocorra no próximo governo.

Quando os senhores falam de necessidade de mudanças estruturais, certamente estão reclamando da falta de uma política econômica mais definida, não?

Voegeli — Primeiro é preciso acabar com a indefinição, garantindo em seguida que o país realmente optou pela economia de mercado, com a iniciativa privada dominando os acontecimentos econômicos. É necessário também um regime menos "centralista" e mais federalista, pois isso ajuda a iniciativa privada a se deslanchar. Outro problema é que nos últimos 20 anos o Brasil criou uma estrutura que dá poder de decisão a pessoas do segundo ao quinto escalão, que mudam tudo o que foi decidido pela cúpula. Isso não é um paradoxo com relação à necessidade de descentralização. Peço apenas que as decisões sejam mantidas.

O sr. está querendo dizer que os governantes não governam?

Voegeli — Acho apenas que, por uma questão de idade, o sistema tornou-se esclerótico, o que impede, inclusive, que as posições liberalizantes do governo vão para frente. Está tudo bloqueado. Sem falar que a eficiência pregada pela economia de mercado não está tendo mais vez no Brasil, uma vez que o governo continua fazendo coisas incríveis, mediante a concessão de subsídios, incentivos a pessoas e empresas ineficientes, mantendo apenas uma fachada de livre mercado.

Vervuert — Concordo plenamente. Gostaria de acrescentar que o modelo de economia de livre mercado tem que ter, sobretudo no Brasil, uma conotação social. Mas antes é preciso uma redução drástica do déficit público, um mercado livre que eleja a eficiência em primeiro lugar, deixando em mãos do Estado somente aquelas atividades que no mundo inteiro são de sua competência, e uma política que estimule o aumento da produtividade em todos os setores. Convém lembrar que, quanto maior a produtividade, menor a necessidade de subsídios, o que leva à derrubada das barreiras protecionistas contra os produtos brasileiros. Não se pode também manter uma política de substituição das importações a "tout prix". É preciso analisar as áreas que justificam a substituição, premiando apenas aquelas que garantem uma demanda que permitam o retorno dos investimentos. Se tudo isso for feito, então eu acredito no Brasil, que com seus recursos naturais pode não só recuperar a posição já alcançada, como também chegar a níveis ainda mais prósperos do que permite uma economia planejada.

Gostaríamos agora que os senhores comentassem a política salarial vigente no País, dizendo se o decreto-lei 2.065 é ou não satisfatório? Nós temos infor-

da. Temos inúmeros exemplos no mundo de que a economia planejada fracassa.

Quais os pontos fundamentais da renegociação da dívida? Não seria melhor esperar a posse do novo governo?

Sosa — Considero que as negociações não devem ser interrompidas, porém as possibilidades de uma renegociação em melhores condições só ocorrerão depois de definido o panorama político no Brasil e nos Estados Unidos. De qualquer forma, as condições de pagamento têm que ser mais suaves, pois o Brasil está hoje afogado no serviço da dívida. Do jeito que está, não aguenta.

Não lhe parece que o governo está querendo pagar a dívida num prazo muito curto?

Sosa — Não se pode esquecer que o Brasil assumiu compromissos muito duros, mas quando a situação do mundo era outra. Depois disso, os juros internacionais

Edson Musa

O diretor superintendente da Rhodia, Edson Vaz Musa, 46 anos, brasileiro, é formado em engenharia pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica—ITA. Começou na Rhodia em 1961, como engenheiro da Usina de Nylon. Posteriormente foi promovido a chefe do serviço de manutenção, passando por vários cargos até chegar ao cargo de diretor, em 1983.

A partir de junho último substituiu Jean Avril, que se aposentou no cargo máximo da Rhodia, controlada pela Rhode Poulen, da França. A empresa faturou no ano passado Cr\$ 420 bilhões e exportou cerca de 41 milhões 300 mil dólares.

subiram muito e o país está vivendo seu terceiro ano com o cinturão apertado. Isso aumenta a pressão e, naturalmente, exige melhores condições para o pagamento da dívida. Mesmo assim, acho que o Brasil não tomará, por exemplo, o rumo da Argentina, devido ao seu potencial e ao bom relacionamento com o resto do mundo.

Musa — Entendo também que a renegociação da dívida é condição sine qua non para a mudança do modelo econômico brasileiro. O Brasil vai negociar individualmente e não pagará o principal. Os próprios banqueiros internacionais, muitos dos quais têm vindo ao Brasil, já sabem disso. Quer dizer, o Brasil pagará os juros e manterá o principal sobre controle, se for possível até aumentando-o um pouco. Isso parece-me indispensável para dar fôlego para o país fazer uma planificação econômica.

Feito isso, o governo deveria privilegiar mais a iniciativa privada, diminuindo o processo de estatização da economia e eliminando todas as formas de artificialismo que existem hoje em dia. Esse novo modelo tem que implantar mecanismos que reativem o mercado interno, sem querer voltar a crescer a taxas elevadas, como na época do "milagre brasileiro", e outros que levem o país a ter realmente uma estrutura de país exportador. Para tanto, é preciso solucionar até mesmo o problema do frete, que por ser muito caro, tem impedido que muitas exportações se realizem. Não se pode esquecer também a agricultura, que é a base de tudo. Vejam bem: o país não tem sequer uma política agrícola e ainda nem pensou em uma política de controle da natalidade, quando todos sabem como é difícil sustentar um ritmo de crescimento de 1 milhão 500 mil novos empregos por ano.

Gostaríamos agora que os senhores comentassem a política salarial vigente no País, dizendo se o decreto-lei 2.065 é ou não satisfatório? Nós temos infor-

MULTINACIONAIS RECLAMAM

mações que boa parte das grandes empresas não está seguindo essa legislação, é verdade?

Voegeli: Essa política em si é correta, embora não seja aplicável. Entendo que o 2.065 é uma consequência das exigências do Banco Mundial para o saneamento da economia e que está levando à redução do poder aquisitivo dos trabalhadores. Desde o início desse arrocho, em nossa empresa fizemos o seguinte: aplicamos o que foi decretado, pelo mínimo, de 80% do INPC e completamos os 20%, a título de bônus, baseado no desempenho dos funcionários. Hoje em dia é impensável continuar aplicando essa lei e damos 100% a praticamente todos. Aliás, queria destacar algo que se fala muito e que não é justo: se diz que o operário ganha menos e não é verdade, pois a escala é inversa e quem está ganhando mais, está recebendo menos. Além disto, o imposto de renda está gravando quem ganha um pouco mais, até mesmo em comparação com o trabalhador que ganha razoavelmente bem.

Vervuert — Eu gostaria de ressaltar que o 2.065 tinha dois objetivos. Pelo primeiro, pretendia frear a inflação, através do reajuste salarial, mas não conseguiu isto. Não foi alcançado porque cada medida artificial desse gênero corre o risco de fracassar. O grosso da massa de assalariados, que necessita de certa proteção de uma lei, também não foi beneficiado, uma vez que a cesta de alimentos básicos teve um incremento inflacionário bem acima do INPC, nos últimos 12 ou 18 meses. O segundo objetivo foi corrigir a geometria salarial e também não foi atingido. Análises feitas por consultores bem experimentadas constataram que funções remuneradas anualmente com 60 mil dólares equipavam-se com idênticas funções nos Estados Unidos e Europa. Porém, as funções abaixo dessa faixa, receberam uma remuneração bem inferior. Eu suponho que a lei pretendia corrigir essa distorção, que prejudicava a competitividade da indústria brasileira no mercado mundial e encarecia os custos no mercado interno, mas não alcançou esses objetivos. Acredito que o ideal seria dar uma certa proteção à renda das grandes massas, enquanto as faixas restantes tenham sua remuneração decidida pela livre iniciativa, com a demanda e a oferta regulando essa questão.

Sosa — Eu acho que é preciso decidir se continuamos no sistema de controle salarial ou se partimos para a livre negociação. Se continuarmos no controle, acho que chegou o momento do 2.066, porque o 2.065 não está sendo seguido pela maioria das empresas e até mesmo as estatais estão começando a fugir dele.

Musa — Efetivamente, o decreto-lei 2.065 não é aplicado nem pelas estatais. É importante notar que a lei começo a influir nas faixas logo após os três salários mínimos, onde estão os técnicos, os mestres e da média gerência, todos tremendamente atingidos por essas últimas leis. Os empresários já chegaram à conclusão de que não podem continuar aplicando sequer os 90% do INPC, em face dessa inflação que temos aí. Seis meses após sua correção, os salários estão representando 50% menos do que valiam antes. Isso aconteceu no segundo semestre de 1983 e está se repetindo nesse semestre. Assim, absolutamente não podemos continuar nessa situação, pois

senão toda política de recursos humanos, sobretudo que nós grandes empresas aplicamos, fica anulada. Dentro dessa política, o funcionário pensa na sua carreira dentro da empresa a médio e longo prazo e se, de repente, ele não pode resolver problemas de curto prazo, como pagar, por exemplo, a prestação de sua casa própria. Vai sacrificar seu futuro na empresa para poder resolver essas questões. Só com essa pequena retomada na economia, pode acontecer uma verdadeira bagunça no mercado. Então, para responder essa pergunta, digo que nós não temos aplicado a política salarial e acho que temos de melhorar ainda mais esse tipo de atuação junto aos nossos funcionários, a partir de agora. Acho indiscutível que todos nós tenhamos que aplicar agora uma correção mais frequente do que a de seis meses.

Ampliando um pouco mais a pergunta, gostaríamos de saber como é que a política tributária está afetando a Rey-

Helmut Vervuert

O presidente da Siemens, Helmut Vervuert, 50 anos, alemão está no país há 12 anos. Formado em engenharia eletrotécnica, foi o responsável por uma maior atuação da Câmara Teuto-Brasileira de Comércio, pois, como seu presidente, de 1977 a 80, realizou uma série de encontros procurando ampliar as relações econômicas entre o Brasil e a Alemanha.

É um dos empresários que mais denunciam a dívida das estatais brasileiras, como fatores de descapitalização das empresas de bens de capital. O grupo Siemens faturou no ano passado Cr\$ 212 bilhões e exportou 30 milhões de dólares.

nolds, uma vez que os fabricantes de cigarros são os maiores contribuintes de impostos do País?

Hannemann — Essa política salarial, na minha opinião, está caminhando para um desastre. Da forma como ela está sendo aplicada, a classe média está sofrendo mais do que as classes baixa e alta, o que não considero justo. Pelos cálculos que fiz, durante sete anos de aplicação dessa lei, quem ganha hoje 100 salários mínimos, vai estar recebendo somente três, enquanto os que ganham 30 salários mínimos, vão estar ganhando 3. Acredito que a saída está na concessão de rendimentos de acordo com a produtividade, mas de uma forma diferente da estabelecida nos últimos anos pela legislação, pela qual se determinava que a produtividade para a indústria de fumo era de 6%, por exemplo, e todos deveriam cumprir. O ideal seria que cada empresa determinasse esse índice, negociando com seus funcionários. Quanto ao período de reajuste, creio que ele deveria ser inferior aos seis meses, pois os custos alimentícios aumentam 10% a cada mês.

E a carga tributária?

Hannemann — Bem, nossa indústria sofre mais do que qualquer outra. Em

1980, 19% do rendimento em cada maço de cigarro ficavam para o fabricante e hoje esse lucro caiu para 15%. Todos os fabricantes — nós, a Philip Morris e a Souza Cruz — estão perdendo dinheiro e a persistir essa situação, dentro de um ano, ou um pouquinho mais, não teremos como sobreviver. Por isso, estamos pleiteando junto ao governo, a concessão de uma pequena folga para que possamos realizar investimentos nas indústrias, que no final das contas vai reverter em benefícios a todos, inclusive ao próprio governo.

Str. Voegeli, como é que está enfrentando a ociosidade, já que esse problema nas indústrias de base é mais grave?

Voegeli — Nós temos um ciclo N vezes maior do que as indústrias de consumo, onde os prazos de entrega se relacionam à rotação do capital e, dessa forma, as flutuações conjunturais não nos criam efeitos imediatos, e levamos um ou dois anos para chegarmos a esse ponto. Graças a esse tempo que dispomos para planejar medidas corretivas, hoje funcionamos dentro de 40% de ociosidade e estamos dentro da faixa lucrativa. Ela é pequena mas dá para passar. Isso foi possível devido à redução do quadro de pessoal, adequação dos custos às receitas diminuídas e porque dispomos de um estoque de encomendas relativamente grande, que nos garantirão um mínimo de ocupação durante os próximos anos. Mas, como isso, a perda maior recairá sobre os investimentos, que não podem ou não deveriam ser financiados com dinheiro de terceiros, mas com o próprio cash-flow da empresa. Infelizmente, essa aplicação própria vem caindo e neste ano deverá ser menor do que os anos anteriores.

Quais são as perspectivas dos senhores, quanto aos negócios de suas empresas?

Musa — A perspectiva não é excepcionalmente boa, nem excepcionalmente ruim. Os resultados serão nitidamente melhores do que os obtidos no primeiro semestre de 1983, quando a Rhodia, que está no Brasil desde 1919, encerrou o período no vermelho. Isso será possível graças à política de exportação e à melhoria dos custos fixos.

Sosa — A Dow é um conglomerado de negócios. O setor farmacêutico vai ficar pior do que o do ano passado, pois não há muita exportação e o controle de preços não ajuda. No setor industrial, os negócios com plásticos também não serão bons, porque esses nossos clientes não fazem exportação. O setor de defensivos agrícolas está muito melhor, devendo crescer uns 50%, pois a agricultura está numa fase saudável. Por fim, as exportações deverão subir 20%.

Hannemann — Bom, quanto à Reynolds, deveremos ter um ano melhor do que 1983, porque estamos incrementando as exportações, atividade que não desenvolvemos há três ou quatro anos. A divisão de cigarros está pior do que em 1983 e do que há dois anos. Desde 1981, essas vendas caíram 16% e só em 1984 cairão 6% em comparação ao ano passado. O consumidor está procurando cigarros mais baratos e, por exemplo, um cigarro como o Hollywood, que é o líder do mercado nacional, está vendendo 10% menos do que no ano passado.

Vervuert — Nosso resultado depende do comportamento das empresas estatais.

por Ronald Reagan no Jardim das Rosas da Casa Branca). Pragmaticamente o Presidente observou então que "não se pode brigar com o sucesso", embora até agora não tenha surgido qualquer consequência da missão de Jackson a Dâmasco.

Ao voltar há duas semanas de uma nova investida de sua "política externa pessoal" ao Panamá, Cuba, El Salvador e Nicarágua, Jackson repetiu a dose, trazendo prisioneiros políticos cubanos e (de quebra) alguns criminosos americanos. Mas, o sucesso doméstico de sua primeira missão não se reproduziu. Jackson mais uma vez conseguiu as manchetes, mas ao voltar encontrou um ambiente hostil às críticas que fez aos EUA, em solo cubano, panamenho e nicaraguense, mesmo em setores liberais.

No plano político, Jackson vai puxando o espectro para a esquerda, a ponto de o Time chegar a afirmar que ele se sente ideologicamente bem em Manágua e Havana.

Jackson mesmo não esconde suas afinidades com sandinistas e Fidel Castro, por afirmar que nasceu e viveu no "terceiro mundo" dos EUA, nos ghetos negros de sua infância. Mas seja junto a seu eleitorado negro, seja junto aos hispanos, a viagem rendeu pouco ou nada.

Os americanos, em geral, temem (e desaprovam) um maior envolvimento na América Central e muitos acham que Ronald Reagan leva justamente a isso.

Ocorre que nos EUA, mesmo entre os hispanos, há pouca simpatia por Cuba ou pela Nicarágua. Os parentes dos preos políticos que Jackson trouxe de Havana foram ao aeroporto, agradeceram a sua intervenção, mas não se mostraram satisfeitos com os elogios que o líder negro fez a Fidel.

No ponto-de-vista da política interna, o que se nota é que Jackson vai sendo estigmatizado (nem sempre de maneira honesta) como anti-semi e agora, ainda não diretamente, como "comunista" (afinal ele é pastor protestante). Jackson na atual campanha pela presidência, foi — certo ou errado — o único candidato

Se elas comprarem aquilo que está programado, a Siemens vai fechar esse ano comercial com resultado levemente positivo. As exportações crescerão bastante, de 30 a 35% mais do que em 1983. Mas elas não permitem compensar as perdas do mercado interno, porque os nossos produtos geralmente não permitem grandes lucros e estamos atuando num mercado externo muito alterado, competitivo, onde concorremos com países industrializados.

Voegeli — A Brown ainda vai fechar o primeiro semestre com saldo positivo. O problema básico é o financeiro, pois a dívida das estatais — essas empresas são responsáveis por cerca de 90% do nosso faturamento — supera a casa dos Cr\$ 70 bilhões, que nós financiamos inteiramente.

Ao encerrarmos, gostaríamos de ouvir dos senhores uma autocrítica. Qual é o papel da multinacional na crise brasileira? Qual é sua participação no endividamento externo do País?

Enrique Sosa

O presidente da Dow Química do Brasil, Enrique Sosa, norte-americano, 45 anos, é formado e é doutor em ciências agrárias pela universidade da Flórida, Estados Unidos. Ingressou na Dow em Midland, Michigan, em 1964, na área de pesquisa de bioproductos.

Foi gerente geral de vendas nas filiais da Venezuela e México, até 1977. Está na presidência da Dow brasileira desde abril de 1982. Também exerce o cargo de presidente da Câmara Americana de Comércio para o Brasil, seção de São Paulo.

A Dow Química do Brasil, controlada pela Dow americana, faturou no ano passado Cr\$ 183 bilhões e exportou 71 milhões de dólares.

Vervuert: A nossa empresa atua no Brasil há 111 anos e nós sempre tentamos compatibilizar nossa política empresarial com a política do País. Dentro das nossas grandes linhas, não vejo nada de que o Brasil possa reclamar de nós. Nós não transferimos royalties ou dividendos desde o pós-guerra. Na área de desenvolvimento de tecnologia empregamos 350 funcionários e aplicamos em pesquisas o equivalente a 3,5% do nosso faturamento — a nossa casa matriz mobiliza 8% —, enquanto no Japão empresas semelhantes investem 4%. Creio que só através da interdependência cada vez maior entre as empresas e os países, será possível dominar os problemas econômicos e sociais.

Sosa — Em vez de autocrítica, eu faria uma crítica, pois acho que nós acreditamos demais no Brasil. Construímos uma quantidade de fábricas, com vistas a um crescimento do País que não aconteceu, e isso foi um erro de cálculo. Finalmente acho que todos nós que operamos neste país deveríamos nos conscientizar que a saída da crise somente será possível se todo mundo estiver disposto a ceder um pouco.

Voegeli: Eu concordo que seria necessário fazer algo mais em termos de campanha no Exterior, para melhorar a imagem

do país. Uma campanha contra essa campanha contra o Brasil.

De onde se originaria essa campanha?

Vervuert — Senhor Voegeli, me desculpe a interrupção. Isso vem sendo feito, sobretudo, pelas grandes mídias, que por certo sensacionalismo estão procurando os pontos fracos daqueles países que não se enquadram na sua filosofia. E o Brasil foi considerado até hoje em dia como uma ditadura militar, que está entrando no processo democrático. Essa campanha foi feita pelas grandes mídias da Europa, com destaque para as da Alemanha e França.

Voegeli — Ela é apoiada por essas pessoas, de uma faixa política socialista extrema, talvez, que estão nessas mídias. Mas existe uma competição no mundo inteiro na atração de novos investimentos. Uma vez é a Austrália, outra vez é o Canadá, além dos Estados Unidos, que oferecem taxas de juros extremamente favoráveis e que, sozinho, no ano passado, conseguiram atrair bilhões de dólares em novos capitais. Temos nossos objetivos, nossos planos, mas foi o "vírus brasileiro" que nos estimulou a investir aqui. Isso é uma coisa impressionante que não existe em outro País. Primeiro tem o ambiente, livre, alegre, o sol e, além disso, tem perspectivas e potencial tremendos, que dá água na boca de qualquer estrangeiro que passa por aqui. Esse é o "vírus brasileiro" que se deve injetar lá fora.

O senhor Sosa também acredita nesse posicionamento da mídia internacional?

Sosa — Eu gostaria de enfatizar a origem do problema. Acho que o Brasil precisaria aprender a fazer lobby, pois nos Estados Unidos, que eu conheço um pouquinho mais, essa prática é inexistente ou está apenas começando por parte do Brasil. Falando agora como presidente da Câmara Americana de Comércio, creio que a entidade poderia fazer um pouquinho mais nesse sentido, utilizando os escritórios que a maioria de nossas filiais têm em Washington. O lobby é uma prática perfeitamente aceitável, elegante, que os japoneses, coreanos, etc., fazem. Por outro lado, eu estou associado há dois anos à Câmara e não me lembro de uma vez que o Governo brasileiro tenha solicitado colaboração da entidade para questão na área de comércio entre os Estados Unidos e o Brasil. Desta forma, entendo que o lobby deveria ter maior prioridade no esquema internacionalista do País.

Hannemann — Sobre crítica ou autocrítica, eu diria que todos nós estamos dentro de um mesmo barco e as multinacionais vêm ajudando o Brasil. Por exemplo, a Ford está lançando o Escort, a Volkswagen está lançando o Santana e não estão pensando só nas exportações. Elas aplicam muito dinheiro aqui. Acho que falta confiança lá fora e aqui dentro. Quando nós vamos nos encontrar com as nossas matrizes, ouvimos muitas críticas sobre o Brasil e temos que mostrar que o país vai sair da crise, que é um bom investimento a longo prazo. Quando eu vou a um coquetel, ou vou a Brasília, todos falam na crise, mas é difícil ouvir sobre como sair dela.

Participaram da mesa-redonda o diretor regional do JORNAL DO BRASIL em São Paulo, Armando Figueiredo, e os repórteres Enéas Mamede Filho, Milton F. da Rocha Filho e Marco Antônio Antunes. Fotos: Wilson Santos.

PERSPECTIVAS INTERNACIONAIS



A reabilitação de Molotov

A União Soviética surpreendeu o Ocidente reintegrando ao Partido Comunista o velho dirigente Viacheslav Molotov, que se encontrava em desgraça.

Molotov tinha 27 anos quando da Revolução Comunista de novembro de 1917. Conseguiu sobreviver aos expurgos que acompanharam o processo de consolidação de Stalin no poder, tornando-se um de seus mais íntimos colaboradores.

Por isto lhe coube dirigir, durante todo o período stalinista, a política exterior soviética, sendo considerado como o segundo da hierarquia.

Quando Stalin morreu, ficou com o grupo que liquidou Béria, o poderoso

chefe da polícia secreta e que se considerava como o mais provável sucessor. Na disputa que se seguiu, viu-se francamente relegado a segundo plano. Tendo apoiado uma tentativa frustrada de derrubar Kruschev, em 1957, foi destituído do Comitê Central e nomeado embaixador na Mongólia. De 1960 a 1961 representou seu país na Comissão de Energia Atômica de Viena. No último ano foi destituído do PC. Silêncio sepulcral envolveu sua vida durante os últimos 23 anos.

A reabilitação de Molotov, ao que se diz abertamente patrocinada por Andrei Gromiko, ministro do exterior, pode significar o começo de uma reabilitação do stalinismo. Ou então uma simples prova de força dos duros, que recusam maior flexibilidade na política externa. Justamente Molotov foi o artífice da política que se dirigiu ao confronto com o Ocidente e recusa abertamente a chamada coexistência pacífica, isto é, o congelamento do império soviético e a admisão de um equilíbrio de forças. Como os russos têm experimentado significativas derrotas diante da Administração Republicana, é possível que as forças contrárias a essa linha dura estejam em franco fortalecimento. A reabilitação de Molotov há de servir-lhes de advertência.

Jackson estigmatizado

Quando foi à Síria e conseguiu libertar o piloto naval Robert Goodman, Jesse Jackson marcou um importante ponto político, mostrando-se homem de ação e coragem (chegou a ser recebido

capaz de trazer alguma paixão para o plano político. Ele pretende levar adiante sua cruzada além da convenção democrata, mas as últimas pesquisas de opinião mostram que o eleitorado negro começa a preferir o "voto útil" em Mondale do que a aventura com Jesse Jackson.

O incidente diplomático que envolveu a Grã-Bretanha e a Nigéria mostra aspectos pouco recomendáveis nas relações entre governos. Tudo começou quando as autoridades alfandegárias inglesas desconfiaram de dois toneis endereçados ao Ministério das Relações Exteriores da Nigéria e que seriam embarcados num avião das linhas aéreas nigerianas.

Pelas regras do direito internacional os volumes diplomáticos são invioláveis e seu conteúdo não pode ser revistado pelas autoridades locais. A alfândega britânica, entretanto, exigiu a documentação necessária para liberar a carga. Não encontrando os papéis necessários e não estando os toneis acompanhados como usual por diplomatas, resolveu abri-los.

No primeiro tonel encontrou um exilado nigeriano, Umaro Dikko, que está sendo processado pelo governo militar do seu país, acusado de corrupção, quando era Ministro dos Transportes no último governo civil da Nigéria, deposto no final de 1983. Junto com ele, equipado com drogas e uma seringa, encontrava-se um homem identificado pela polícia britânica como sendo "israelita". No outro tonel os policiais londrinos encontraram dois homens, que devem ter auxiliado no sequestro de Dikko.

O incidente agravou-se com a ordem dada pelas autor